

Sarah Clarimar Ribeiro de Miranda

Saneamento Ambiental e Estação de Tratamento de Esgoto

Dimensão Jurídica em Condomínios
Residenciais de Manaus

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2026

Sumário

Introdução	1
1 Contexto Histórico do Saneamento Básico e Referencial Teórico	13
1.1 Contextualização histórica do saneamento básico	13
1.1.1 História do saneamento básico no Brasil	24
1.1.2 Aspecto histórico do saneamento básico no Município de Manaus	33
1.1.3 O processo de migração do Estado Liberal para o Estado socioambiental.....	45
1.2 A Constituição da República Federativa do Brasil e o saneamento.....	50
1.2.1 Marco Legal do Saneamento no Brasil: Lei n.º 11.445/2007 alterada pela Lei n.º 14.026/2020.....	59
1.3 Interdisciplinaridade do saneamento ante questões ambientais... 66	
1.3.1 Saneamento básico e saúde pública.....	70
1.3.2 Saneamento Básico e Dignidade da Pessoa Humana.....	77
2 Saneamento Básico e sua Dimensão no Campo Jurídico-Ambiental	91
2.1 Saneamento básico: direito humano x direito fundamental	95
2.2 Distinções entre saneamento ambiental e saneamento básico.....	105
2.2.1 Princípios do Saneamento Básico	112
2.2.2 Políticas Nacionais do Saneamento Básico.....	118
2.3 Princípios constitucionais do direito ambiental	122
2.3.1 Princípio da prevenção	122

2.3.2 Princípio da Participação Popular na gestão ambiental	126
2.3.3 Princípio do Poluidor Pagador	127
2.3.4 Princípio do Desenvolvimento Sustentável	129
2.4 Princípio da irretroatividade e a lei n.º 1.192/2007 (Pró-águas)	131
2.5 Direito ambiental internacional impondo política pública de saneamento: objetivos de desenvolvimento sustentável - ODS n.º 6	139
3 A Estação de Tratamento de Esgoto como um dos Objetos Primários de Saneamento Ambiental: Decisões do Tribunal de Justiça do Amazonas sobre a Instalação das ETES em Condomínios Residenciais de Manaus e a Lei n.º 1.192/2007.....	155
3.1 Estação de tratamento de esgoto: problemas decorrentes da falta de tratamento dos efluentes.....	157
3.2 Considerações sobre condomínio edilício	167
3.2.1 Natureza jurídica do Condomínio	168
3.2.2 Conceito de Condomínio edilício	174
3.3 A lei de Saneamento Básico no município de Manaus (pró-águas): a implementação da estação de tratamento de esgoto em condomínios residenciais.....	177
3.4 Análise das decisões do TJAM do período de 2019-2024 com relação a (in)aplicabilidade e (ir)retroatividade da lei 1.192/2007 aos empreendimentos já consolidados.....	203
3.4.1 Análise de quatro Ações Civis Públicas (período de 2019-2024) sobre regularização de ETE em condomínios residenciais na cidade de Manaus	215
Conclusões.....	237
Bibliografia.....	245